

ESTUDOS REGIONAIS

REVISTA DE CULTURA DO ALTO MINHO
II SÉRIE, Nº 11

CENTRO DE ESTUDOS REGIONAIS
VIANA DO CASTELO
DEZEMBRO 2017

TÍTULO**Estudos Regionais**

Revista Cultural do Alto Minho
II série, nº 11 (nº 36, considerando a I série)
2017

EDIÇÃO

Centro de Estudos Regionais

DIRETOR

José Carlos Loureiro

COORDENADORA CIENTÍFICA

Glória Solé

CONSELHO EDITORIAL

Alexandra Esteves
Glória Solé
Henrique Carvalho
José Carlos Loureiro

CONSELHO CIENTÍFICO

António Bento Gonçalves, António Cardoso, António Matos Reis, Armando Paulo Borlido, Carlos Branco Morais, Gonçalo Maia Marques, Henrique Rodrigues, Manuel António Vitorino, Maria Marta Lobo Araújo, Miguel Bandeira e Teodoro Afonso da Fonte

COLABORARAM NESTE NÚMERO

António Cardoso, António Matos Reis, Aurora Rego, Ernesto do Paço, Flávia Oliveira, Goretti Faria, Henrique Rodrigues, Horário Faria, José Carlos Loureiro, Luís Miguel Brito, Pedro Pereira, Rui Maia e Teodoro Afonso Fonte.

REVISÃO DAS TRADUÇÕES

Alcinda Pimenta (*The British Academy*)

Estudos Regionais é uma revista com arbitragem científica (*peer review*)

Tiragem 250 exemplares
Periodicidade anual
Design: Rui Carvalho
Impressão: Ofílitto
ISSN: 0871-3332
Depósito Legal: 269650/08



cer

CENTRO
DE ESTUDOS
REGIONAIS

Largo Instituto Histórico do Minho 20/22
4900 - 522 Viana do Castelo
Portugal
Telef./Fax: 258 828 192
www.cer.pt | E-mail: estudosregionais@sapo.pt • geral@cer.pt

DEVOTAS MULHERES QUE VESTIAM DE PARDO. O RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA DA CIDADE DE BRAGA (1742-1766) ¹

Flávia Oliveira

INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade moderna, assinalada por rígidos valores morais, o comportamento feminino devia reger-se pela honestidade e decência mas, acima de tudo, pela preservação e resguardo daquela que era considerada a maior virtude da mulher do Antigo Regime, a honra. A perda desta acarretava consequências nocivas para a figura feminina, colocando em causa o bom nome da mulher e da sua família. Neste sentido e de forma a controlar as atitudes e ações femininas, emergiram os recolhimentos.

Lugar de reclusão e refúgio, a implantação deste tipo de instituição assistencial ganhou fulgor no período pós-Trento. Acolhiam mulheres leigas, que não faziam votos solenes “mas que viviam em comunidade num quotidiano que se aproximava do que se vivia nos conventos” (Lopes, 2016: 97). Tal como os cenóbios, estes institutos praticavam o regime de clausura, embora por um período temporário (Sá, 2011: 288).

Fundaram-se dois principais tipos de recolhimentos, “os das honradas e os das arrependidas” (Lopes, 2016: 97). Os primeiros, destinavam-se a mulheres virtuosas (Abreu, 2014: 192-195)¹. Os segundos, a mulheres errantes. Estes, normalmente fundados em honra de Santa Maria Madalena, recebiam mulheres pecadoras que buscavam a regeneração (Abreu, 2014, pp. 192-195)². Vivendo de acordo com um forte princípio disciplinador, o quotidiano da mulher recolhida era marcado por um conjunto de normas intrínsecas à educação moral. A figura responsável pelo cumprimento de todas as regras era a madre regente. Constituía a autoridade máxima dentro da instituição, devendo-lhe, as recolhidas, total obediência (Lopes, 2005: 195).

¹ O título deste trabalho evoca a menção de Bernardino José de Senna Freitas às mulheres do recolhimento de Santa Teresa na obra *Memórias de Braga*: “devotas mulheres, que vestiam de pardo, e saíam fóra de mantilha” (1890, tomo II: 211).

Em Portugal, no decorrer do período moderno, fundaram-se diversos recolhimentos para mulheres virtuosas. De entre os institutos criados, expomos, a título de exemplo, apenas alguns, emergentes nas centúrias de seiscentos e setecentos. Destacamos o recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, erigido na cidade do Porto por vontade de um sacerdote, Manuel de Passos Castro, no ano de 1522. Integrava órfãs entre os sete e catorze anos. Na década de quarenta do século XVIII, fundou-se, em Setúbal, o recolhimento da Nossa Senhora da Saúde. Criado por jesuítas, acolhia donzelas pobres e órfãs de pescadores. Para receber dez viúvas nobres pobres e sete jovens nobres, foi erguido o recolhimento de Nossa Senhora dos Anjos, no ano de 1747, em Lisboa. Veja-se, Abreu, 2014: 192-195.

² Vulgarmente designadas como convertidas, estas mulheres integravam o recolhimento procurando uma vida livre do pecado. O recolhimento do Ferro, ou Nossa Senhora do Patrocínio, no Porto, constitui um exemplo deste género de instituto. Foi fundado no ano de 1651, por iniciativa privada. Destacamos ainda o recolhimento de Santa Maria Madalena criado na cidade de Castelo Branco, pelo bispo da Guarda D. João de Mendonça, no ano de 1730. Consulte-se Abreu, 2014: 192-195.

Facto é que na esfera social do período moderno, o papel da mulher, as qualidades que devia possuir, bem como as normas a que se encontrava sujeita e às quais devia obedecer, eram questões relativamente consensuais entre teólogos, moralistas e reformadores sociais. Nesta circunstância, os recolhimentos surgiram como essenciais para a manutenção da ordem pública constituindo, simultaneamente, instrumento de domínio dos comportamentos e de assistência institucional (Abreu, 2014: 215).

1. O RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA: DAS ORIGENS À SEGUNDA FUNDAÇÃO

Ao longo da Idade Moderna, fundaram-se seis recolhimentos em Braga. Na sua maioria, por iniciativa de leigos, preocupados com a preservação da honra feminina (Araújo, 2007: 296). O recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França, criado em 1562, no Campo de Santa Ana, foi a primeira instituição do género a ser erigida na cidade. O instituto nasceu da vontade de dois benfeitores, Pedro de Aguiar e sua esposa, Maria Vieira. O recolhimento de Santo António, erguido pelo padre Domingues Peres foi, há semelhança do anterior, construído no século XVI, no ano de 1574. No início do século XVII, o sacerdote deixou a Misericórdia de Braga sua herdeira universal e administradora do instituto, situado no Campo da Vinha. Na centúria de setecentos, surgiram mais quatro recolhimentos. Em 1720, emergiu, também no Campo de Santa Ana, o recolhimento de S. Gonçalo, de convertidas ou de Santa Maria Madalena. À exceção dos restantes, este foi fundado pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) e dedicava-se ao refúgio de doze mulheres penitentes. Fruto da vontade leiga, construiu-se ainda o recolhimento da Nossa Senhora do Rosário ou de S. Domingos de Tamanca, na rua do Assento, em 1724 e, mais tarde, na rua do Lameiro, o recolhimento da Caridade, no ano de 1768 (Araújo, 2007: 301-311).

Tal como a maioria dos recolhimentos da cidade, o de Santa Teresa surgiu por ação privada. Este foi criado no ano de 1742 por Dona Francisca das Chagas, mulher do cozinheiro-mor do Arcebispo D. José de Bragança (1741-1756) (*O Brado Liberal*, nº15: 1)³. Sendo devota de Nossa Senhora do Carmo e de Santa Teresa, Francisca, juntamente com cinco mulheres - duas provenientes do recolhimento de São Domingos de Tamanca - iniciou, num edifício "na rua das Goladas, adiante da Igreja de S. Victor" (*O Brado Liberal*, nº15: 1), um recolhimento de terceiras regulares⁴. É considerável destacar que este tipo de instituição se unia à ideologia cristã. Na generalidade dos casos, estes institutos encontravam-se associados a uma ordem religiosa (Fonseca, 2015: 110). O recolhimento de Santa Teresa permaneceu, desde a sua criação, subjugado à Ordem Terceira Carmelita assentando a sua criação numa profunda devoção à reformadora da Ordem do Carmo, Santa Teresa de Jesus⁵.

³ O jornal *O Brado Liberal* foi um semanário bracarense, fundado no ano de 1874 e terminando atividade em 1875. O mesmo foi responsável pela publicação da *Notícia da Fundação do Recolhimento de Sancta Theresa*. Esta, dividida em quatro edições - setembro e outubro de 1874 - continha a descrição do processo de fundação do recolhimento e de construção da sua igreja. Trata-se da cópia de um manuscrito, desconhecendo-se a data e autor do mesmo.

⁴ O edifício da rua das Goladas tinha sido "pricipiado por Águeda de Jesus (...), para um Recolhimento de São Domingos: e como à dita Águeda de Jesus lhe faltavam as posses para fazer o tal Recolhimento, só fez uma casa com quatro cellas sem mais cousa alguma." (*O Brado Liberal*, nº15: 1). Entretanto, Águeda de Jesus faleceu e Francisca das Chagas deu continuidade ao projeto.

⁵ Emergente no século XII, a Ordem do Carmo deve a sua génese a um grupo de eremitas que, inspirados pelo profeta bíblico Elias, iniciaram, no Monte Carmelo, um estilo de vida contemplativo. No início do século XIII, Alberto - patriarca de Jerusalém - criou a regra onde se fixaram todas as normas pelas quais a Ordem se devia reger. Esta ficou conhecida como a Regra de Santo Alberto. Ainda neste século, em detrimento da luta entre muçulmanos e cristãos, deu-se a emigração carmelita para Ocidente. No século XVI, no âmbito de um enfraquecimento da prática espiritual, a religiosa carmelita Teresa de Jesus iniciou uma reforma. Nesta senda, fundou o convento de São José, em Espanha, direcionado para a vivência austera da regra primitiva. O movimento reformador empreendido pela religiosa conduziu à fundação da Ordem dos Carmelitas Descalços. Confira-se Báyon, 2001: 21-27; Vechina, 2000: 297-299. Para aprofundamento da história da Ordem Carmelita e do ramo descalço, veja-se Belchior, 1657; Costa, 1999; Morujão, 2003; S.M.C.R. Silva, 2014.

As cinco mulheres tomaram o hábito em dezembro de 1742, com a aprovação do padre provincial frei Manuel de Jesus Maria José, a cuja obediência ficaram submetidas (Jesus, 1962: 140). Mantiveram-se na rua das Goladas até março do ano seguinte, altura em que se transferiram para a rua de S. Barnabé, no bairro do Reduto, para umas casas térreas compradas ao preço total de um conto de réis (*O Brado Liberal*, nº15: 1). Após a morte de Francisca das Chagas, que se constituía como principal doadora da instituição⁶, o recolhimento imergiu numa fase de consideráveis provações económicas. Nesta medida, perante um contexto de problemas financeiros e, não obtendo apoio por parte da Mitra arquidiocesana, algumas terceiras abandonaram a instituição extinguindo-se, assim, a vida regular terceira do recolhimento.

Senhorinha de Santa Ana, que tinha sido súbdita de Francisca das Chagas, procurou contornar a difícil situação financeira e tentou reerguer a instituição. Para tal, contou com mais três mulheres: Maria Quitéria de Santo António, Josefa de Jesus e Maria de Santa Teresa. Obteve ainda o auxílio dos padres Manuel de Abreu e António Dias. Grosso modo, iniciou-se o processo de uma nova fundação, mas num local distinto⁷ – a anterior instituição foi “fundada em prazo do cabido, por cujo motivo nam podiam continuar” (ADB - FCST, C-9, nº 221: 1). Desta forma, entre os anos de 1756/57, procedeu-se à compra de “huas casas dizimas a Deos, com seus quintais a Pedro Fernandez e sua molher” (ADB - FCST, C-9, nº 221: 1). Estas situavam-se também no bairro do Reduto, mas na rua da Oliveira. Com a intenção de ajudar Senhorinha de Santa Ana e as demais mulheres na obra de edificação do novo recolhimento, o mesmo Pedro Fernandes concedeu-lhes um empréstimo (ADB - FCST, C-9, nº 221: 1). Para além da ajuda cedida, Josefa de Jesus e Maria de Santa Teresa ofertaram, na altura da sua admissão, 100.000 réis para aplicar nas “obras e principio deste Recolhimento” (ADB - FCST, C-8, nº 7: 1). Também Senhorinha de Santa Ana e Maria Quitéria de Santo António “gastarão tudo o que tinham nas obras” (ADB - FCST, C-8, nº 7: 1). Ao mesmo tempo, uma boa parte das esmolas recebidas era empregue na obra de edificação do instituto (*O Brado Liberal*, nº 16: 1).

Para iniciar o novo recolhimento, foi requerida licença a D. Aleixo de Miranda Henriques, que, na data, desempenhava o cargo de governador do arcebispado de Braga (Freitas, 1890, IV: 302)⁸. Para além da ereção do recolhimento foi também solicitada uma segunda licença com o intuito de se construir uma pequena capela com altar e imagem de Nossa Senhora do Carmo para que, com mais comodidade, as recolhidas pudessem “ouvir missa todos os dias e millhor se encomendaram a Deos Nosso Senhor” (ADB - FCST, C-9, nº 221: 1v.). Foi ainda endereçado um pedido ao padre provincial da Observância, rogando-se o uso do hábito dos carmelitas calçados, dado que o provincial da Ordem Descalça não consentia a utilização do hábito da reforma (ADB -FCST, C-8, nº 4: 1). Esta recusa ocorreu, presumivelmente, pela falta de garantias de perseverança do novo recolhimento devido à prossecução das dificuldades financeiras (*O Brado Liberal*, nº 15: 1). Na petição dirigida ao provincial dos calçados foi pedida autorização para que os padres Manuel de Abreu ou António Dias pudessem lançar os hábitos às recolhidas, benzê-los e admitirem-nas à profissão (ADB - FCST, C-8, nº 4: 1). Iniciava-se, assim, a segunda fundação do recolhimento teresiano. A instituição funcionou de forma ininterrupta até à década de sessenta do século XVIII, altura em que evoluiu para comunidade conventual.

⁶ Parte da sustentação das mulheres que integravam a instituição provinha de donativos. Francisca das Chagas doava, na época, “quatro vintens de pao todas as semanas e um arratel de carne todos os dias; e nos de jejum, peixe que lhes chegava para seu sustento.” (*O Brado Liberal*, nº15: 1). Para além das esmolas, os dotes também constituíam um meio de angariação de receita para a instituição. Decorrente da análise documental, constatamos que os empréstimos de dinheiro a juros também funcionavam como fonte de receita do recolhimento.

⁷ Devido à inexistência de dados documentais não é possível indicar uma data exata para a extinção do primeiro recolhimento, bem como para a ereção da segunda fundação. Todavia, a partir da análise realizada, supomos que o processo de extinção e início da segunda fundação tenha ocorrido entre os anos de 1755- 1759.

⁸ D. Aleixo de Miranda Henriques, bispo da diocese de Miranda, foi nomeado governador do arcebispado de Braga para assumir a responsabilidade de o reger até à chegada do sucessor de D. José de Bragança, falecido em 1756.

2. O AMPARO NA VICISSITUDE: A REFORMA DE D. GASPAR DE BRAGANÇA

No ano de 1758, tomou posse como arcebispo da arquidiocese bracarense, D Gaspar de Bragança, dois anos após a morte do seu tio e antecessor, D. José de Bragança. O novo prelado atribuiu significativa atenção às recolhidas de Santa Teresa. Quando iniciou o seu governo, deparou-se com uma instituição frágil onde a pobreza era uma constante. Nesta medida, assumiu o papel de protetor do recolhimento, colocando empenho na progressão da instituição.

Filho ilegítimo do rei D. João V, D. Gaspar de Bragança nasceu no ano de 1716. Estudou teologia no convento de Santa Cruz de Coimbra continuando, mais tarde, a sua formação no convento de S. Vicente de Fora. Viveu com os seus dois meios-irmãos no Palácio da Palhavã, na cidade de Lisboa, arrendado pela Casa Real ao marquês do Loureiro ficando, assim, conhecido como um dos "Meninos da Palhavã" (Mendonça, 2004: 256). A 23 de agosto de 1756, um decreto real nomeou-o arcebispo de Braga. A bula papal chegou dois anos depois, em 1758, confirmando a nomeação régia. A 25 de julho desse ano, foi sagrado arcebispo na capela da Palhavã. A sua entrada na cidade de Braga deu-se a 28 de outubro de 1759 num ambiente de aparato, resultante do novo arcebispo primaz ser também príncipe de sangue real (Mendonça, 2004: 256).

Ao longo do seu governo, levou a cabo diversas obras na cidade. Foi responsável pela construção da capela da Nossa Senhora da Lapa e pela demolição das capelas da Nossa Senhora do Amparo e dos Passos (Freitas, 1890, IV: 303). Procurou deixar o seu nome associado à renovação da Sé Catedral, destacando-se a sua intenção de reformular o Breviário bracarense (que não chegou a vingar) e a substituição do cantochão antigo pelo moderno, de acordo com os modelos de Mafra e da Patriarcal. (Mendonça, 2004, p. 258). Princiou o convento das ursulinas, em resultado da transferência dos conventos de Monção e Valença para a cidade de Braga, como consequência do decreto emanado pelo papa Bento XIV⁹. Enaltecemos ainda a ligação do arcebispo às humanidades¹⁰, bem como a sua ação no socorro aos mais pobres. De acordo com Bernardino de Senna Freitas (1890, tomo IV: 303), as esmoladas atribuídas pelo prelado nunca foram inferiores a 27.000 cruzados anuais. No início de 1788 adoeceu gravemente, falecendo, um ano depois, a 18 de janeiro de 1789¹¹. Nas suas memórias, Inácio José Peixoto, evidenciou a forma sentida como os bracarenses choraram a morte do arcebispo "porque todos o amavam pela sua afabilidade" (Peixoto, 1992: 71). Em sua homenagem, foi erigido, na capela-mor da Sé de Braga, um mausoléu da autoria do arquiteto bracarense, Carlos Amarante (Mendonça, 2004: 262).

Das obras executadas pelo arcebispo, ao longo de trinta anos de governo, a reforma do recolhimento constituiu-se como um dos exemplos representativos da sua prática caritativa. O apoio concedido pelo prelado foi bastante relevante para a manutenção da instituição que, caso não fosse assistida por este, voltaria, muito provavelmente, a entrar em processo de extinção. Tal como o primeiro recolhimento, a segunda fundação também se caracterizou pela presença de uma certa privação financeira. Como temos vindo a constatar, a história do recolhimento teresiano foi, desde

⁹ No ano de 1768, o rei D. José informou D. Gaspar de Bragança que, em consequência do breve papal relativo à união de mosteiros do reino e extinção dos que não deviam subsistir, as freiras dos mosteiros de Valença e de Monção deveriam ser transferidas para o Colégio de São Paulo, em Braga, pertencente à Ordem jesuíta que havia sido expulsas de Portugal (ADB, *Coleção Cronológica*, doc. 2909: 1).

¹⁰ No seu aniversário, o arcebispo privilegiava a recitação poética, reunindo alguns "homens de letras" para que, no Palácio arqui episcopal, recitassem alguns versos (Freitas, 1890, tomo IV: 303). Esta sua ligação às humanidades também é comprovada na provisão que emanou no ano de 1763, declarando a necessária criação de dois lugares de professores, um de filosofia e outro de gramática latina, no Colégio do Seminário de S. Pedro (ADB, *Coleção Cronológica*, doc. 2857: 1).

¹¹ Dias antes, a 13 de Janeiro, foi lavrado o seu testamento, onde, de forma clara, expressou a vontade de atribuir algumas esmoladas a instituições religiosas da cidade. À Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé de Braga, o prelado deixou 100.000 mil réis. A mesma quantia foi ofertada à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo. À Nossa Senhora da Torre, atribuiu "sincoenta mil réis para ajuda das suas festas" e, para as obras do Senhor do Monte, 480.000 réis (ADB, *Coleção Cronológica*, doc. 3238: 3v-4).

sempre, assinalada pela falta de equilíbrio económico. Considerando o conjunto de seis recolhimentos bracarenses, o instituto foi um dos mais débeis e carecidos. Comparando a capacidade financeira deste com a dos institutos de Santo António e de S. Domingos de Tamanca, por exemplo, verificamos que a instituição teresiana sofreu, de forma mais aguda, dificuldades de carácter monetário. O património do recolhimento de Santo António era claramente maior, tal como o número de esmolas que lhe eram atribuídas (Machado, 2014: 56)¹². Ao mesmo tempo, no decorrer das centúrias de seiscentos e setecentos, esta instituição investiu de forma significativa em obras de melhoramento (Machado, 2014: 56). No que concerne ao recolhimento de S. Domingos de Tamanca atestamos que, de uma instituição pequena, edificada por leigas, em poucos anos o instituto cresceu de forma considerável, em resultado das fundadoras possuírem boas condições económicas (Araújo, 2007: 307).

Nesta conjuntura, D. Gaspar de Bragança surgiu como amparo da instituição, assumindo o objetivo de a reformar. De forma a iniciar um processo de crescimento, o prelado solicitou a frei Bernardo de S. Tomás, carmelita descalço, conventual do Colégio do Carmo de Braga e ministro assistente ao despacho do arcebispo (*O Brado Liberal*, nº 16: 1), uma avaliação da situação económica do recolhimento. Frei Bernardo de S. Tomás constatou que as recolhidas viviam em estado de precariedade. Desta forma, com o propósito de se introduzirem mudanças e de se granjear mais postulantes, foi tomada a decisão de se proceder à passagem para a Ordem Terceira do Carmelo reformado. Assim, a 3 de dezembro de 1760, Francisco da Purificação, provincial dos carmelitas descalços na província de Portugal, autorizou a passagem ao novo hábito: “damos licença à Madre regente, e mais recolhidas do dicto Recolhimento, que ao presente são e ao diante forem, para que possam vestir o Habito inteiro da forma e matéria de que usão as religiosas carmelitas descalças” (ADB - FCST, C-8, nº 9: 1), o que ocorreu poucos dias depois.

A passagem para o hábito da reforma compôs apenas parte do auxílio atribuído ao recolhimento. O apoio monetário concedido pelo arcebispo alcançou particular relevância, dado que os problemas deste âmbito se agudizavam com o passar dos anos. No ano de 1762, a comunidade dirigiu um pedido de ajuda ao prelado expondo os problemas vividos no seu seio. De acordo com a petição enviada a D. Gaspar de Bragança, no início da segunda fundação, a maior parte do numerário foi dirigido para as obras e, como expusemos anteriormente, as recolhidas que iniciaram a nova instituição investiram aí grande parte do seu dinheiro. Neste sentido, de entre as recolhidas que habitavam a instituição, foram evidenciados os graves problemas financeiros que assolavam sobretudo as cinco mulheres que se encontravam no recolhimento desde o início da segunda fundação: Senhorinha de Santa Ana, Maria Quitéria de Santo António, Josefa de Santa Teresa, Teresa de Jesus e Rosa do Sacramento. Tendo em conta as sérias dificuldades de subsistência que afetavam estas recolhidas, a instituição lançou o pedido de auxílio:

“(…) rogando e pedindo a vossa Alteza pela incomparavel devoção que tem a Santa Mathriarca se digne estender a este Recolhimento aquella benigna providencia que uza com outra comunidade também pobre mandando por seu real decreto se lhe concorra com a esmola correspondente a necessidade que se alega” (ADB - FCST, C-8, nº 51: 1v).

¹² O apoio concedido ao recolhimento por parte de fiéis leigos foi particularmente relevante. A instituição em questão usufruiu de um conjunto importante de esmolas, atribuídas por devotos. No ano de 1752, foi recebida uma avultada quantia por parte dos chamados “brasileiros” para se investir no instituto. Emigrando para terras brasileiras, alguns destes portugueses faziam fortuna, utilizando parte da mesma em obras de caridade no país de origem. Quanto aos bens patrimoniais, estes constituíam uma significativa fonte de rendimento para a instituição que era dotada de um património mais volumoso do que o recolhimento em estudo.

O arcebispo respondeu à petição concedendo

"(...) para congrua sustentação de Senhorinha de Santa Anna, Quiteria Maria de Santo Antonio com a quantia de quarenta mil réis; para a de Josefa de Santa Thereza e Thereza de Jesus com a de trinta; e para a de Catharina Rosa do Sacramento com a de dés, tudo em cada hum anno enquanto forem vivas e se conservarem no mesmo Recolhimento" (ADB -FCST, C-8, nº 51: 1v).

Para além de apoiar financeiramente o instituto, D. Gaspar de Bragança procedeu ainda à realização de obras de ampliação e melhoramento do edifício. Pela direção de frei Bernardo de São Tomás, foram construídas "todas as cellas que eram precisas e necessárias, conforme o numero das irmans. Fez-se também casa para a cosinha, refeitório, e casa para Noviciado, separada das mais cellas, e comunicação das mais Irmans" (*O Brado Liberal*, Braga, nº16: 1). Salientamos que as obras efetuadas, em particular a criação de uma casa para noviciado, encontram-se, muito provavelmente, ligadas à intenção do arcebispo de fundar um convento. Note-se que, na época, a passagem de recolhimento para cenóbio, era bastante comum. Para além do recolhimento em estudo, também o de Nossa Senhora da Penha de França evoluiu, no ano de 1727, para comunidade de religiosas professoras (Araújo, 2007: 307).

Na década de sessenta do século XVIII, deu-se início à construção da igreja teresiana, mais um exemplo do claro empenho do arcebispo na evolução da instituição. Erguido em honra de Santa Teresa de Jesus, o templo foi construído entre os anos de 1763 e 1767. Sendo o recolhimento constituído por um número considerável de mulheres, a pequena capela que utilizavam para culto divino revelava-se incapaz de reunir toda a comunidade. Era necessário um novo espaço para se exercerem "com dezenia os sagrados ministérios" (ADB - RG, liv. 85: 490v). Perante esta situação, D. Gaspar de Bragança concedeu, mais uma vez, um relevante apoio. De forma a ser reunido o valor necessário para se dar início à obra, a 27 de abril de 1763, foi expedida da Mitra uma provisão permitindo a recolha de donativos pelas igrejas da cidade. O pedido de esmola deveria ser realizado "no tempo das colheitas dos frutos visto ser tempo em que os lavradores milhor podem dar" (ADB - RG, liv. 85: 490v). Ou seja, esperava-se por uma altura em que os donativos fossem mais expressivos.

A partir das esmolas concedidas pelos fiéis e do auxílio financeiro prestado pelo prelado¹³, findou-se a construção¹⁴. A 7 de junho de 1766, foi facultada licença para que a igreja tivesse sacrário e "nelle o Santíssimo Sacramento" (ADB - FCST, C-9, nº 212: 1). Todavia, para que este fosse "conservado com toda a decencia devida" (ADB -FCST, C-9, nº 212: 1) deveria existir "huma lâmpada aceza, e os mais paramentos necessários para a administracao do mesmo Santíssimo Sacramento" (ADB - FCST, C-9, nº 212: 1). A inauguração e bênção da igreja aconteceram em junho de 1767, quando o recolhimento já funcionava como convento (*O Brado Liberal*, Braga, nº18: 1)¹⁵

¹³ A primeira pedra para a construção da igreja foi carregada num andor desde a portaria até ao alicerce e benzida pelo padre frei Carlos dos Santos, religioso carmelita descalço e prior do convento da Nossa Senhora do Carmo, em Viana do Castelo. Veja-se *O Brado Liberal*, nº18: 1.

¹⁴ Fruto da crença e religiosidade popular, surgiu a história de um suposto milagre de Santa Teresa no decorrer da construção. O episódio milagroso ocorreu quando um construtor caiu de uma das partes altas do templo. A queda deveria ter sido fatal mas "ao cahir todos os que estavam presentes exclamaram: «Santa Thereza acudi-lhel acudi-lhel!». E viu-se então a protecção da Santa Mathriarca" (*O Brado Liberal*, nº 18: 1). Após a recuperação, o construtor presumivelmente salvo por Santa Teresa, regressou a o trabalho nas obras da igreja.

¹⁵ À semelhança do recolhimento de Santa Teresa, outros institutos da cidade construíram capelas ou igrejas. As recolhidas de São Domingos de Tamanca, solicitaram, no ano de 1725, autorização para construírem uma capela junto ao recolhimento. Tal como no caso das recolhidas teresianas, aquando do início da segunda fundação, também estas justificavam a obra pelo facto de pretenderem ouvir missa diariamente e, nesse sentido, as restantes Igrejas ficavam distantes. No ano de 1778, também o recolhimento da Caridade emanou um pedido de autorização ao arcebispo para as recolhidas iniciarem a obra de uma capela para celebrarem missa e outros ofícios divinos. O recolhimento de Santo António foi fundado com uma capela constituída por dois capelães. No ano de 1705, um devoto financiou a construção de uma nova capela, com melhores condições. O recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França iniciou a construção da sua igreja por vontade de D. Rodrigo de Moura Teles, no ano de 1720. A edificação do recolhimento de São Gonçalo foi feita junto à capela com o mesmo nome. Confira-se Araújo, 2007: 303-312.

3. RECATO E VIRTUDE: O REFÚGIO DA HONRA FEMININA

3.1. A ENTRADA NO RECOLHIMENTO

No período moderno, a forma de garantir um futuro honrado a qualquer jovem mulher passava pela atribuição do dote. Este objetivava o matrimónio, bem como a consagração a uma vida contemplativa. Na maioria dos casos, o dote era da responsabilidade dos progenitores. Na morte destes, poderiam surgir outros familiares que demonstrassem vontade em auxiliar a jovem e, assim, conceder-lhe o dote. Contudo, na ausência de ambos os apoios, a mulher incorria num estado de desamparo e pobreza (Araújo, 2011: 41). Neste contexto, com vista à sua proteção moral, a figura feminina constituiu um alvo particular de caridade para instituições de assistência mas também para benfeitores, leigos ou religiosos (Araújo, 2011: 41 - 42). A dotação de raparigas órfãs assumiu uma parte significativa desta prática assistencial¹⁶.

Tal como as comunidades conventuais, o ingresso no recolhimento dependia do pagamento de um dote. Este garantia a sustentação da mulher durante o período em que estivesse no instituto, sendo composto por dinheiro, propriedades ou géneros (Fonseca, 2015, p 245). Como vimos, os pais suportavam este encargo. Na sua morte, surgiam outros intervenientes que garantiam a dotação mas, casos existiram em que as mulheres se dotaram a si próprias. Foi o caso de Senhorinha de Santa Ana, figura central no processo que conduziu à segunda fundação que, sendo órfã, se dotou no ano de 1746 com a quantia de 300.000 réis. Se, em algum momento, Senhorinha de Santa Ana decidisse sair do recolhimento, este seria obrigado a devolver 250.000 réis, ficando apenas com o montante de 50.000 réis. (ADB - FCST, C-8, nº 2: 2).

Aquando do processo inicial da segunda fundação, também as irmãs Teresa de Jesus e Josefa de Santa Teresa se dotaram a si próprias. No ano de 1759, foi realizado um contrato de obrigação entre estas e o recolhimento. No acordo firmou-se que “de sua entrada daria cada huma sem mil réis em dinheiro” (ADB - FCST, C-8, nº 7: 1v) para, como referimos anteriormente, se investirem nas obras do novo recolhimento. Para além desta quantia, as irmãs assumiram o compromisso de dar “em cada hum anno des mil réis de tença para esta comunidade, ao saber cinco mil cada huma” (ADB - FCST, C-8, nº 7: 1v). Porém, no caso de falecimento de alguma delas “a que mais viver pagara somente os cinco mil réis” (ADB - FCST, C-8, nº 7: 1v). Na eventualidade de ambas falecerem, “vagara toda a tença e ficara esta obrigaçam sem efeito” (ADB - FCST, C-8, nº 7: 1v).

Ainda no ano de 1759, foi assinado um outro contrato entre o recolhimento e um sacerdote, Domingos de Araújo. Segundo o documento, um dos lugares existentes na instituição, ficaria reservado “para elle dito padre meter hua recolhida (...) desde feitura deste a cinco anos” (ADB - FCST, C-8, nº 5: 1). Desconhecemos o nome, idade ou naturalidade da candidata visto que, no contrato, não são fornecidas quaisquer informações desse âmbito. No seguimento do acordo, foi referido que quando a jovem ingressasse no instituto, o padre teria de entregar anualmente “des mil réis (...) ou duzentos mil réis por hua ves somente e deste se fara o enterro della” (ADB - FCST, C-8, nº 5: 1). Como garantia de reserva do lugar solicitado, o sacerdote teria de dar de entrada

¹⁶ A prática de dotar raparigas órfãs envolvia diferentes agentes. Na época, muitas confrarias auxiliavam raparigas órfãs pobres, atribuindo-lhes dotes. As Misericórdias, por exemplo, incluíram a dotação de órfãs no seio da ação assistencial que prestaram ao longo da Idade Moderna. Destacamos também a Confraria de São Vicente, em Braga, que a partir de meados do século XVII iniciou a prática de dotar jovens para casamento, ao aceitar dois legados para tal. Ao mesmo tempo, na hora da morte, alguns leigos, deixavam em testamento uma determinada quantia destinada à entrega de dotes. Normalmente, essa soma era facultada às instituições de assistência que ficavam responsáveis por utilizar o montante para dotar jovens carenciadas. As figuras religiosas, como os arcebispos, também envolviam, na sua prática caritativa, a atribuição de dotes. Confira-se Araújo, 2010: 367-370; Araújo, 2011: 12.

50.000 réis “e com efeito os deo” (ADB - FCST, C-8, nº 5: 1). Desta quantia ficou-se que o recolhimento pagaria ao padre “meio juro, que vem a ser dois e meio por cento athe o tempo que a ditto recolhida entrar (...)” (ADB - FCST, C-8, nº 5: 1). Caso a entrada não se consumasse, a instituição devolveria a quantia de 50.000 réis. Por fim, foram declaradas as alfaixas exigidas para o ingresso: “hua cama aparelhada, hua mesa ou busfete [sic], hua cadeira, dous guardanapos, duas toalhas da agua, e camisas coatro camisas ou pano para ellas e coatro lençois para a cama e mais dois ou pano para eles que por todos fazem seis” (ADB - FCST, C-8, nº 5: 1). No fim do acordo, salientou-se que caso o sacerdote pretendesse colocar a jovem na instituição antes de terminado o período de cinco anos de reserva, teria permissão para tal.

De salutar que este constitui um caso particular de ingresso na instituição na medida em que, como referimos, as fontes acerca da futura recolhida são totalmente nulas. Neste sentido, não possuímos qualquer dado acerca do contexto de dotação. Este aspeto conduz à criação de algumas suposições. A candidata seria familiar do sacerdote e, sendo órfã, este atribuiu-lhe o dote? Terá sido por simples caridade? Ou seja, não tendo familiares que a dotassem, a jovem foi auxiliada pelo sacerdote? Evidenciamos ainda a hipótese de a candidata ser filha de Domingos Araújo.

Anos mais tarde, em 1763, ingressaram mais duas irmãs na instituição: Ana Rosa e Porcina Maria Angélica. Ambas foram dotadas pelos progenitores com a quantia individual de 500.000 réis, destinados à sustentação de cada uma (ADB - FCST, C-8, nº 14: 2). Para além desta soma, o dote foi ainda constituído por mais 100.000 réis individuais, quantia exigida para a admissão na instituição (ADB - FCST, C-8, nº 14: 2). Na eventualidade de alguma das irmãs sair do recolhimento no ano de noviciado, o mesmo devolveria os 500.000 réis. Se, por livre vontade, alguma tomasse a decisão de abandonar o instituto no período após o noviciado, não seria devolvida nenhuma parte do montante. Na circunstância de expulsão, os 500.000 réis seriam devolvidos na totalidade (ADB - FCST, C-8, nº 14: 2).

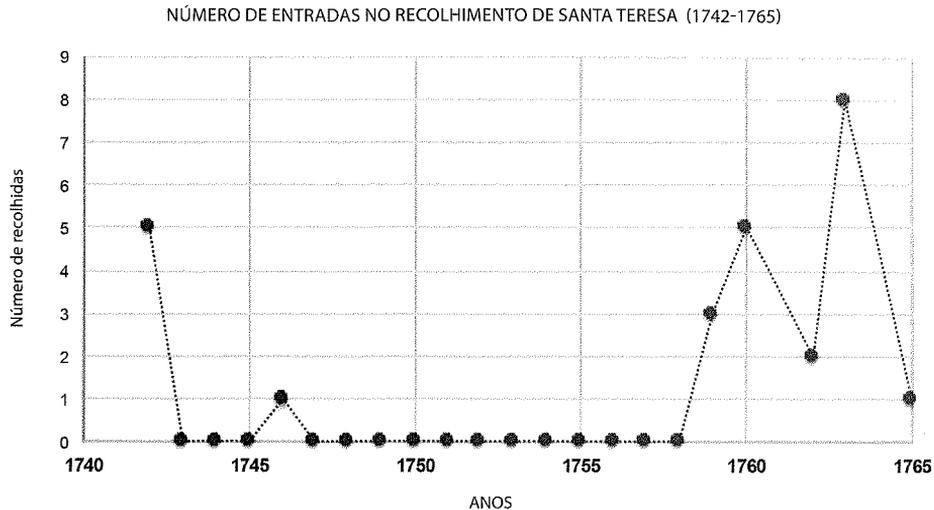
Considerando as entradas expostas, constatamos que a quantia de dote para entrar no recolhimento de Santa Teresa foi variando entre os 250.000 e os 500.000 réis. Analisando esta variação, aferimos que os montantes dependiam das condições económicas das candidatas. Por exemplo, as irmãs Maria Rosa e Porcina Maria Angélica entraram na instituição com um valor muito mais elevado do que no caso da recolhida dotada pelo sacerdote Domingos Araújo. O que explica esta situação é a diferença da capacidade económica dos dotadores¹⁷.

No que respeita aos montantes ofertados pelas recolhidas dos demais recolhimentos bracaraenses, expomos, a título de exemplo, os recolhimentos de São Domingos de Tamanca e de Santo António. As seis recolhidas que iniciaram a obra do primeiro ofertaram, cada uma, 50.000 réis, destinados às obras do instituto. Águeda de Jesus detinha 750.000 réis de dote e, todas as outras, 200.000 réis (Araújo, 2007: 306). Quanto ao recolhimento de Santo António, pela análise realizada, atestamos que o valor de entrada correspondia, na sua maioria, a 50.000 réis (Machado, 2014: 75).

¹⁷ Quando o recolhimento passou a convento, os dotes foram variando, ao longo do século XVIII, entre 700.000 e 1.200.000 réis, valores consideráveis para um cenóbio com poucos anos de existência. Em todos os casos, nessa quantia, incluíam-se 100.000 réis de esmola para a sacristia, bem como o enxoval (ADB-FCST, C-8). Equiparando as quantias dos dotes do convento em questão com os de outros cenóbios, constatamos que, para o século em questão, não existiram diferenças. No convento de Nossa Senhora da Conceição, destinado a receber “filhas da nobreza”, no século XVIII, os valores de dote oscilavam entre 800.000 e 1.200.000 réis. Note-se que ambos os conventos foram criados em séculos anteriores, possuindo, na centúria de setecentos, uma reputação elevada na cidade, explicando, assim, os elevados valores praticados. Consulte-se Araújo, 2005: 113-136; Araújo, 2011: 131-139; Silva, 2011: 192-195. Porém, comparando todos os montantes apresentados, concluímos que encontrando-se o convento teresiano na fase inicial de atividade, praticava valores significativos de dote. Este facto pode ser justificado pela falta de solidez financeira que assolou o convento. O cenóbio nunca foi uma instituição com particular renome na cidade, pelo contrário, há semelhança do que acontecia na época em que era um recolhimento, o convento não detinha uma base económica positiva. A situação de carência financeira pode ter levado o cenóbio a exigir quantias elevadas de dote, visando o combate dessas necessidades.

3.2. NÚMERO DE RECOLHIDAS E PROVENIÊNCIA GEOGRÁFICA

O recolhimento tinha capacidade para receber dezasseis mulheres. Todavia, o número de entradas variou tendo em conta as diferentes circunstâncias associadas à evolução da instituição.



Fonte: ADB - FCST, C-8, docs nº 8, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24

Em 1742, ano de criação do instituto, residiam neste cinco mulheres. A partir do gráfico apresentado, constatamos que durante o período de quatro anos não se registaram entradas. Até ao momento de extinção da vida regular terceira da primeira fundação, apenas se assistiu a uma admissão, verificada ano de 1746 e que correspondeu ao ingresso de Senhorinha de Santa Ana. Na data de 1759, época concernente à segunda fundação, ocorreram duas novas entradas, a das irmãs Josefa de Jesus e Maria de Santa Teresa. O ano de 1763 alcançou particular relevo na medida em que assinalou o momento de maior afluência, com a admissão de oito mulheres. O projeto reformador, levado a cabo por D. Gaspar de Bragança, explica a existência de um considerável aumento de ingressos tendo em conta que um dos objetivos do arcebispo passava pela atração de mais candidatas. Até 1766, ano de passagem a comunidade conventual, não foram registadas entradas significativas¹⁸. A análise de admissões reflete de forma evidente as diferentes conjunturas que marcaram a história do recolhimento. Por um lado, a instabilidade vivida ao longo da primeira fundação, notoriamente marcada por uma mínima adesão, por outro, a fase de desenvolvimento que distinguiu a década de sessenta, decorrente do apoio concedido pela Mitra arquidiocesana.

¹⁸ Em comparação com os restantes recolhimentos da cidade, o instituto teresiano foi o que iniciou atividade com o menor número de recolhidas (cinco). O recolhimento de Santo António entrou em funcionamento apenas com mais um elemento – seis mulheres – passando para o número máximo de catorze, no século XVIII. O recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França foi criado para receber apenas sete recolhidas. Com o passar do tempo, a instituição foi-se desenvolvendo chegando a registar, no ano de 1727, dezanove recolhidas. O instituto de São Domingos de Tamanca foi criado para albergar dezassete recolhidas. Do conjunto de recolhimentos bracaraes, o único fundado sem limite de admissões foi o da Caridade que, em finais do século XVIII, alojava quarenta e um elementos. À exceção deste, todas as outras instituições são similares no que respeita ao número de mulheres que receberam. Confira-se Araújo, 2007: 302-212.

No que concerne à proveniência geográfica das recolhidas de Santa Teresa, a falta de dados documentais impediu o registo da proveniência do total de mulheres que frequentaram a instituição. Porém, a partir das fontes disponíveis, verificamos que, Senhorinha de Santa Ana provinha de Barcelos (ADB - FCST, C-8, nº 2: 1). Maria Teresa de Azevedo, que ingressou na instituição no ano de 1763, era natural da cidade de Braga (ADB - RG, liv. 85: 470v.). As irmãs, Porcina Maria Angélica e Ana Rosa, eram naturais de Póvoa de Lanhoso (ADB - RG, liv. 63: 96v.). Para além das recolhidas provenientes da região de Braga, assinalou-se a entrada de mulheres da região de Vila Real. Foi o caso de Maria Antónia de Sousa (ADB - RG, liv. 63: 153) e Joana Maria (ADB - RG, liv. 85: 487v.), ambas provenientes da referida cidade.

3.2. O RESGUARDO DA ALMA: A MORTE NO RECOLHIMENTO

No Antigo Regime, a hora da morte era encarada como o julgamento das ações praticadas em vida. O pensamento cristão de que o purgatório seria o destino das almas corrompidas pelo pecado conduzia à necessidade de preparar o momento de passagem para o “outro mundo”. Neste contexto, o testamento emergiu como um dos meios para o alcance da salvação da alma. No seio da mentalidade setecentista, a realização deste não se tratava “de uma precaução humana, de um acto de prudência e de sensatez mundana, mas sim de um ato religioso, apesar de não sacramental” (Ariés, 1988: 233). Uma vez escrito, o testamento podia ser revogado, alterado ou acrescentado. No entanto, falecido o testador, a sua vontade deveria ser rigorosamente cumprida, confiando-se a sua observância a executores testamentários eleitos pelo próprio ou designados para tal (A.C. Araújo, 1997: 272).

Vivendo sob o ideal de reclusão dos impulsos e tentações, no momento da morte, as recolhidas mantinham o lado devoto e religioso com que encaravam a vida terrena. Nesta senda, a análise dos testamentos urge-se como essencial para que tenhamos percepção dos desejos e vontades destas mulheres, bem como o modo como vivenciavam a morte¹⁹. Dos testamentos das recolhidas de Santa Teresa apenas restou o de Isabel do Espírito Santo, regente no período da segunda fundação. Encontrando-se doente, fez o seu testamento no dia 20 de novembro de 1754.

Na parte inicial do documento, encomendou a sua alma a Deus, a todos os santos, ao seu anjo da guarda e, por fim, à santa com o seu nome: Santa Isabel. Posteriormente expressou o modo como queria ser sepultada. De acordo com Isabel do Espírito Santo, o seu corpo seria amortalhado e envolto num hábito de Santa Teresa: túnica parda com uma capa branca por cima e lençol por baixo (ADB - FCST, C-8, nº 3: 2v.). O desejo da regente passava por ser sepultada na igreja do convento de religiosos de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Braga. Na cerimónia fúnebre, pedia que celebrassem missa cantada e ofício de nove lições. Para que lhe fosse cedida sepultura e cerimónia fúnebre na igreja em questão, deixou aos religiosos do Carmo a esmola de 4.800 réis. Caso o convento recusasse esta última vontade da recolhida, a esmola não seria entregue. Na circunstância de recusa, a regente pediu que o corpo fosse então sepultado na igreja da venerável Ordem Terceira de São Francisco, na mesma cidade (ADB - FCST, C-8, nº 3: 3). No que respeita ao cortejo fúnebre, a testadora solicitava a presença da Ordem Terceira do Carmo e ainda dez sacerdotes (ADB - FCST, C-8, nº 3: 3v.).

¹⁹ Sobre a morte e salvação da alma na Idade Moderna, leia-se Araújo, 2010; Araújo, 2006; Araújo, 2001; Conde, 2014; Rodrigues; Dillmann 2013; Ferraz, 2014.

Na época, a encomenda de missas apresentava-se como parte fundamental na procura da salvação da alma. Para tal, Isabel do Espírito Santo encomendou vinte missas, ofertando 80 réis por cada uma. A parte final do testamento foi dedicada à divisão dos bens da regente que deixou como testamentárias universais as recolhidas Senhorinha de Santa Ana e Josefa Maria de Santa Teresa. Todos os seus bens foram entregues a ambas (ADB - FCST, C-8, nº 3: 4). A recolhida faleceu pouco tempo após a composição do testamento, no dia três de dezembro de 1754 (ADB - RP, ROFSV: 9).

A partir do testamento exposto, podemos perceber a forma como a mulher recolhida entendia a passagem para a vida eterna, ganhando destaque a forte devoção manifesta na hora da morte. Enalteçamos também o forte vínculo à Ordem Carmelita, evidente na escolha do local de sepultura e cerimónia fúnebre, demonstrando a grande ligação da recolhida aos princípios religiosos. Isabel do Espírito Santo dedicou grande parte da sua vida ao ideal de defesa dos valores da honra feminina. Note-se que algumas mulheres passavam largas temporadas nestas instituições (Araújo, 2007: 311). Motivadas pela procura de uma vivência onde prevalecessem os princípios da pureza da alma e do corpo, estas mulheres ingressavam nos recolhimentos, presumivelmente, porque tinham oportunidade de viver num ambiente similar ao conventual por valores de admissão muitas vezes mais baixos. Evidenciamos ainda a importância do significado da vida em comunidade. Este encontra-se expresso no ato de tornar herdeiras Senhorinha de Santa Ana e Josefa Maria de Jesus, revelando o espírito de harmonia que unia as recolhidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No interior de uma sociedade onde valores como a retidão, o decoro e a honestidade eram entendidos como pilares da vida feminina, os recolhimentos emergiram enquanto mecanismos de proteção das virtudes da mulher moderna. Destinados a honradas ou penitentes, estas instituições pretendiam, através de uma reclusão diária, controlar a postura feminina, a partir do domínio dos impulsos e atitudes menos próprias à sua condição.

Erguido na primeira metade do século XVIII, o recolhimento de Santa Teresa regeu-se pela busca do ideal de perfeição e honra feminina. A prática religiosa constituiu parte integrante da vida das recolhidas teresianas, como meio fulcral para a manutenção de uma vida virtuosa. Na história da instituição ganharam relevo as dificuldades de ordem financeira que culminaram na vivência de épocas de precariedade. Nesta conjuntura, ressaltamos a atitude compassiva de D. Gaspar de Bragança para com a instituição. O investimento do prelado alcançou particular destaque no percurso do instituto, colocando-o numa fase importante de desenvolvimento. Inerente a todo este apoio, encontramos a vontade de, no seu governo, o arcebispo pretender alçar aquele que viria a ser o primeiro e único convento de invocação a Santa Teresa de Jesus, na cidade de Braga, fazendo evoluir a comunidade leiga para cenóbio carmelita descalço.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, L. (2014). *O Poder e Os Pobres. As Dinâmicas Políticas e Sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva.
- Araújo, A.C. (1997). *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Araújo, A.C. (2001). A Morte. In C.M. Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III (pp. 265-274). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Araújo, M.M.L. (2005). Dotes de freiras do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII). *NW noroeste: revista de história*, nº 1, 113-136.
- Araújo, M.M.L. (2006). Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII). *Cadernos de História*, 2 (nº 9), 29-48.
- Araújo, M.M.L. (2007). Os Recolhimentos Femininos de Braga na Época Moderna. In L. Abreu (ed.), *Asistencia e Caridad como estratégias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (siglos XV-XX)* (pp. 293-313). Bilbao: Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibertsitatea. Servicio Editorial.
- Araújo, M.M.L. (2010). Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs, e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). In M.M.L. Araújo; A. Esteves (coord.), *Tomar Estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)* (pp. 367-381). Braga: CITCEM.
- Araújo, M.M.L. (2010). O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna. *Comunicação & Cultura*, nº 10, 101- 114.
- Araújo, M.M.L. (2011). Por entre as grades. As escrituras de dote no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (1629-1696). In *Do Convento ao Instituto Portas para a Vida* (pp. 126-140). Braga: Instituto Monsenhor Airosa.
- Araújo, M.M.L. (2011). *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*. Braga: CITCEM.
- Ariés, P. (1988). *O Homem Perante a Morte*. Vol. I. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Báyon, B.V. (2001). *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas.
- Conde, A.F. (2014). Modelos em vida, paradigmas na morte: a construção da perfeita religiosa em Portugal. In M.M.L. Araújo; J.A. Coelho; A. Esteves e R.M.A. Silva (coord.), *Sociabilidades na vida e na Morte (séculos XVI – XX)* (pp. 455-468). Braga: CITCEM.
- Costa, P.C.O. (1999). *Os Terceiros Carmelitas da Cidade do Porto (1736-1786)* (Unpublished master's thesis). Braga: ICS/Universidade do Minho.
- Dillmann, M. e Rodrigues, C. (2013). Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação: modelos católicos de testamentos no século XVIII". *História Unisinos*, 17 (1), 1-11.
- Ferraz, N.T.G. (2014). *A morte e a salvação da alma na Braga Setecentista* (doctoral dissertation). ICS/Universidade do Minho, Braga.
- Fonseca, M.A.B.F. (2015) *O Recolhimento de Santo António do Sacramento de Torre de Moncorvo (1661-1884). Clausura e destinos femininos*. Coimbra: Palimage Editores.
- Jesus, P.D.C. (1962). *A Reforma Teresiana em Portugal*, Lisboa: Salesianos.
- Lopes, M.A. (2005). Repressão de comportamentos femininos numa comunidade de mulheres – uma luta perdida no recolhimento da Misericórdia de Coimbra (1702-1743). *Revista Portuguesa de História*, nº 37, 189-229.
- Lopes, M.A. (2016). Transgressões femininas no Recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824. In *Saúde, Ciência e Património - Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto* (pp. 95-123). Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto.

- Machado, C.M.S. (2014). *Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)* (Unpublished master's thesis). ICS/Universidade do Minho, Braga.
- Mendonça, I.M.G. (2004). As exéquias de D. Gaspar de Bragança na Sé de Braga (um desenho inédito de Carlos Amarante). *Ciências e Técnicas do Património*, III, I série, 275-270.
- Morujão, I. (2003). Entre duas memórias: Maria de San José (Salazar) O.C.D., fundadora do primeiro Carmelo descalço feminino em Portugal. Península. *Revista de Estudos Ibéricos*, nº 0, 241-260.
- Peixoto, I.P. (1992). *Memórias Particulares*. Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.
- Sá, I.G. (2011). Espaços de reclusão e a vida nas margens. In J. Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 2 (pp. 276-299). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Silva, R.M.A. (2011). *Casar com Deus: Vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna* (doctoral dissertation). ICS/Universidade do Minho, Braga.
- Silva, S.M.C.R. (2014). *Os Carmelitas Descalços em Braga e a Real Irmandade da Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)* (Unpublished master's thesis). ICS/Universidade do Minho, Braga.
- Vechina, J.C. (2000). Carmelitas Descalços. In C.M. Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1 (pp. 297-300). Lisboa: Círculo de Leitores.

FONTES IMPRESSAS

- Belchior S.A. (1657). *Chronica de Carmelitas Descalços, Particular do Reyno e Provincia de Sam Filipe*, tomo I, Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira.
- Freitas, B.J.S. (1890). *Memórias de Braga*. Braga: Imprensa Catholica.
- O Brado Liberal*, edições nº 15, 16, 17 e 18, setembro e outubro de 1874.

FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo Distrital de Braga (ADB)
 Coleção Cronológica: docs nº 2909, 2857, 3238.
 Fundo do convento de Santa Teresa:
 C-8 – Admissões. Clausura. Dotes. Escolas para sustentação. Recebimento na grade sem véu. Religiosas, pupilas e criadas. Testamentos.
 C-9 – Igrejas. Bem de Alma. Culto.
 C-9 – Obras (Pedidos de concessão de licença para acréscimo do convento, beneficiação, etc.)
 Registo Geral: livros 63, 85.
 Registos Paroquiais: Registo de Óbitos da Freguesia de S. Victor.

ABREVIATURAS

- ADB – Arquivo Distrital de Braga
 FCST – Fundo do convento de Santa Teresa
 RG – Registo Geral
 RP – Registos Paroquiais
 ROFSV – Registos de óbitos da freguesia de S. Victor.